

**ENTRE O MULTILATERALISMO
EUROPEU E O PAN-
AMERICANISMO: A POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA NA
IMPrensa PERIÓDICA NO
CONTEXTO DA LIGA DAS NAÇÕES
(1926)**

**Jônatan Coutinho da Silva de
Oliveira**
Secretaria de Educação do Estado
do Rio de Janeiro

Resumo

A imprensa pode ser compreendida como uma “elaboradora de mapas”, ou seja, como uma “formadora de ambientes” em que os formuladores, agentes e analistas de política externa podem agir e contribuir para formar e informar parcelas da opinião pública. Os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *O Estado de São Paulo* contribuíram para formar mapas distintos de como se dava e de como deveria ocorrer a política externa brasileira no contexto da participação na Liga das Nações. Para o ano primordial de 1926, os jornais assumiram posturas e construíram mapas diferentes sobre a atuação do Brasil. O *Jornal do Commercio* assumiu uma postura favorável à atitude do país ao perceber que o futuro da política externa brasileira passaria por uma atuação “firme” e “incisiva” e por uma ação multilateral. Já o *Correio da Manhã*, assumiu uma postura amplamente crítica ao que qualificava como “intransigência” do presidente, defendendo que o Brasil deveria consolidar as suas alianças com os vizinhos americanos, conformando a defesa de um pan-americanismo. Por sua vez, *O Estado de São Paulo* assumiu uma postura de alinhamento não-automático e, ao mesmo tempo, crítico às ações da diplomacia brasileira, perfazendo outra perspectiva específica para o seu público leitor.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Imprensa; Liga das Nações.

**BETWEEN EUROPEAN
MULTILATERALISM AND PAN-
AMERICANISM: BRAZILIAN
FOREIGN POLICY IN THE
PERIODIC PRESS IN THE CONTEXT
OF THE LEAGUE OF NATIONS -
1926**

**Jônatan Coutinho da Silva de
Oliveira**
Secretaria de Educação do Estado
do Rio de Janeiro

ABSTRACT

The press can be understood as a “map maker”, that is, as an “environment maker” where foreign policy formulators, agents and analysts can act and contribute to form and inform parts of public opinion. The newspapers *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* and *O Estado de São Paulo*, contributed to form distinct maps of how Brazil's foreign policy in the context of participation in the League of Nations took place. For the primordial year of 1926, the newspapers assume positions and build different maps on the performance of Brazil. *Jornal do Commercio* takes a broadly favorable stance towards Brazil's performance and realizes that the future of Brazilian foreign policy involves “firm” and “incisive” action and multilateral action on the global stage. *Correio da Manhã*, on the other hand, took a broadly critical stance towards what it called the president's “intransigence”, defending that Brazil should consolidate its alliances with its American neighbors, defending a pan-americanism perspective. In turn, *O Estado de São Paulo* assumed a position of non-automatic alignment and, at the same time, critical of the actions of Brazilian diplomacy, creating another specific perspective for its readership.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Press; League of Nations.

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

1 Introdução

A política externa brasileira nos anos da Primeira República (1889-1930) já é tema bastante recorrente e estudado em nossa historiografia. Naquele momento, não somente as disputas políticas domésticas ganhavam destaque e relevância, mas também as disputas em torno das definições sobre a política externa brasileira.

Internamente, o Brasil da *Belle Époque* apresentava-se cada vez mais dinâmico e moderno, notadamente em seus centros urbanos principais, como Rio de Janeiro e São Paulo. O Brasil vivia momentos importantes na sua, já consolidada, república nos anos pós-guerra. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a partir de 1917, mostra a posição de protagonista que o país gostaria de assumir no cenário internacional, ou pelo menos em relação à América Latina. Mesmo tendo uma participação pequena, esta serviu de trampolim para a elite diplomática tentar alcançar patamares mais altos. A participação na Conferência de Paz de 1919, em Paris, e a atuação na criação da Liga das Nações são provas disso.

Nesse contexto, o papel da imprensa periódica que atuava nas duas principais regiões mais políticas e econômicas do Brasil ganhou importante peso, não apenas como fonte histórica que nos concede acesso ao passado e aos acontecimentos factuais, como também objeto de estudo, já que essa imprensa tornou-se local privilegiado das disputas políticas, no qual suas ideias foram expressadas e difundidas de forma mais efetiva.

Ademais, cabe destacar que essa imprensa simbolizava a *Belle Époque* e a modernidade que emergiram nesses centros no início do século XX. No Brasil, a imprensa passou por uma transformação durante a virada do século e, no pós-guerra, tornou-se uma “empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas” (SODRÉ, 1983, p. 355). Nesse sentido, a imprensa ganha especial destaque, servindo como palco principal para as disputas políticas e para a difusão de determinadas ideias que os grupos representados em cada jornal gostariam de divulgar ao seu público leitor.

Sobre o contexto específico da imprensa brasileira, é fundamental salientar que, em outubro de 1923, foi promulgada a Lei de Imprensa, também conhecida como Lei Adolfo Gordo, que: limitava a liberdade de expressão ao imputar responsabilidade penal sucessiva a jornalistas e editores; vedava a publicação de segredos de estado; não permitia dizeres que ofendiam o presidente da República, os chefes de estado e as nações estrangeiras; vedava o anonimato de artigos; garantia o direito de resposta e disciplinava a matrícula de jornais e tipografias em cartório (LUCA, 2008, p. 161). Portanto, pelo

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

fato de a imprensa ser considerada um importante meio de difusão de ideias e de formação da opinião pública, surgiu a necessidade de um controle mais rigoroso por parte das forças políticas dominantes.

No caso analisado neste artigo, procuraremos perceber, por intermédio da grande imprensa, como diferentes meios de comunicação podem, em um contexto e tema específicos, compreender e projetar variadas perspectivas de política externa para o Brasil, procurando contribuir para a crescente historiografia sobre essas questões.

No âmbito das relações internacionais, a criação da Liga das Nações transformou o sistema internacional e estabeleceu uma nova ordem mundial fundamentada em bases políticas distintas. No entanto, essa nova ordem frequentemente entrava em conflito com a "velha" ordem, que persistia em resistir às mudanças. Criada a partir dos escombros da Grande Guerra e com a finalidade principal de evitar um novo conflito mundial, a Liga das Nações foi a primeira tentativa, em larga escala, de padronizar os problemas políticos internacionais, subjuguando-os aos princípios do direito internacional (CARR, 2001, p. 40). Já presente nos "14 pontos de Wilson", proposto pelo então presidente estadunidense ao final da Primeira Guerra Mundial, a Liga desempenharia uma função específica na nova ordem mundial emergente. Tal função pautava-se em garantir a multilateralidade e a prevalência do direito internacional e da mediação na resolução dos conflitos internacionais, o que deveria superar a ideia de uma diplomacia secreta e bilateral até então praticada.

Sobre a atuação do Brasil na Liga das Nações e, principalmente, sobre a crise de 1926 que leva o Brasil a vetar a entrada da Alemanha e anunciar sua saída da instituição, a autora Norma Breda dos Santos compreendeu a situação como sendo um choque entre as agendas da política externa brasileira e da política internacional europeia. As agendas externas brasileiras, sob a relutância do presidente Artur Bernardes (1922-1926) e do seu ministro das relações exteriores, Félix Pacheco, assim como a postura igualmente intransigente das potências europeias – França, Grã-Bretanha e Alemanha – corroboraram o choque entre as duas posições. A autora defendeu a necessidade de se compreender a questão a partir de uma interação complexa entre a geopolítica internacional e multilateral e a capacidade do Brasil em exercer influência nesse contexto (SANTOS, 2016, p. 213). Nesse sentido, o fiasco não foi brasileiro. O fiasco foi maior, foi da Liga, em tentar criar uma instituição multilateral em uma nova ordem internacional. O multilateralismo proposto por Wilson era inviável na prática dado o contexto pós-guerra (SANTOS, 2003, p. 105-106).

Portanto, a análise da atuação brasileira nessa instituição ganhou especial relevo dada a importância da nova instituição nas relações internacionais. Sendo assim, a atuação e a cobertura da grande imprensa periódica das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo adquiriram um destaque de relevância. E, como será apontado no decorrer deste artigo, essa era uma imprensa atuante

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

politicamente, que não media esforços para marcar os seus posicionamentos, contribuindo, então, para criar não apenas ideias, mas também ambientes políticos específicos, nos quais os agentes políticos poderiam agir e influenciar.

Na presente pesquisa, analisaremos os jornais cariocas *Jornal do Commercio* e *Correio da Manhã*, dois dos periódicos de maior importância e circulação na então capital federal no início do século XX, mas que possuíam linhas editoriais e público leitor bastante distintos. Paralelamente, também observaremos como a cobertura dos mesmos acontecimentos foi percebida e divulgada pelo jornal paulista *O Estado de São Paulo*, que nos concederá uma terceira perspectiva interessante, destoante dos acontecimentos políticos mais imediatos do Rio de Janeiro.

Desse modo, analisaremos a percepção de cada jornal sobre como o Brasil vinha se projetando internacionalmente e como essa política externa deveria ser construída a partir da atuação do país na Liga das Nações, especialmente no ano de 1926. Naquele ano, ao intensificar sua atuação na busca por um lugar permanente no Conselho Executivo da instituição, seu órgão mais poderoso, o Brasil vetou a entrada da Alemanha no mesmo Conselho em março e anunciou sua saída em junho do mesmo ano, fato que causou uma grande crise na instituição de Genebra.

2 Perspectivas teóricas e a relação entre Imprensa e Política Externa

A escolha do jornal como fonte histórica privilegiada adquire uma dupla intencionalidade: a percepção do jornal como fonte e objeto de pesquisa. A análise a partir dos periódicos não deve servir apenas como simples fonte que nos concede acesso ao passado, mas é igualmente importante compreender o jornal como um local privilegiado de difusão e de disputas políticas. Particularmente na conjuntura política da Primeira República, citando Tânia de Luca,

[...] os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiam-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na auto-imagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir (LUCA, 2008, p. 155).

Além disso, após a Primeira Guerra aumentou o número de jornais que debatiam abertamente o cenário político e discutiam suas ideias para a política. Esses jornais possuíam, ainda, uma dimensão de informação da opinião pública, já que a imprensa era entendida como um instrumento adequado para uma ação transformadora (COHEN, 2008, p. 108). Havia também uma dimensão política da

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

atividade jornalística que cumpria um papel fundamental na divulgação do conhecimento para público amplo, constituía-se, ao mesmo tempo, de um veículo de disseminação de padrões culturais, de valores e de códigos sociais. Por isso, a imprensa contribuiu para a “[...] formação de círculos de intelectuais dispostos a interferir nos destinos nacionais por meio da difusão de ideias” (COHEN, 2008, p. 111).

Na sua relação com a política externa, a mídia adquiriu características específicas e mais complexas. Chanan Naveh nos explica que

[a mídia] pode ser descrita como a ferramenta que expressa as interpretações não-governamentais e expectativas de vários membros ou grupos da sociedade, assim como uma ferramenta que o governo usa para expressar a sua política estatal – ou dominante – na mídia (NAVEH, 2002, p. 2).

É na descrição do ambiente político e na sugestão de alternativas políticas, objetivando oferecer a melhor promessa de gerenciamento do ambiente, que, para Naveh, encontraremos a imprensa “desempenhando um papel tão importante no pensamento sobre política externa. Essa função de ‘elaboração de mapas’ da imprensa é central para o impacto real da imprensa no campo da política externa” (NAVEH, 2002, p. 5, destaque do autor). A imprensa, então, adquire papel fundamental para um estudo mais complexo da política externa. De acordo com outro importante estudioso das relações entre imprensa e política externa, Bernard Cohen afirma que,

Para a maioria do público de política externa, o mapa político realmente eficaz do mundo – ou seja, seu mapa operacional do mundo – é desenhado pelo repórter e pelo editor, não pelo cartógrafo. [...] A imprensa [...] pode não ser bem-sucedida na maioria das vezes em dizer às pessoas o que pensar, mas é incrivelmente bem-sucedida em dizer aos leitores o que pensar sobre (COHEN, 1963, p. 12-13).

Nesse sentido, concordamos com Cohen sobre a imprensa periódica ser um importante instrumento político na elaboração de percepções políticas específicas, principalmente para o contexto brasileiro do início do século XX. Isso se deve ao fato de que, naquela época, a imprensa periódica era a única fonte de informação em larga escala acessível ao público. Para Cohen,

É aqui, na descrição do ambiente político e na sugestão das alternativas de política que mais prometem administrar esse ambiente, que encontraremos a imprensa desempenhando um papel tão importante no pensamento atual sobre política externa. Essa função de “fazer mapas” da imprensa é muito fácil de ignorar, porque o jornal faz parte de nossa vida cotidiana (COHEN, 1963, p. 12).

As percepções mencionadas acima desempenham um papel fundamental na análise do papel da imprensa como um campo político importante na formação e informação do público leitor sobre uma visão específica da política externa. O que contribuiu para que certos setores da população desenvolvessem uma opinião favorável alinhada com a perspectiva da imprensa em relação à política

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

externa. No caso em questão, acreditamos que os periódicos desempenhavam um papel decisivo na criação de representações políticas específicas sobre a atuação e inserção internacional do Brasil no contexto da Liga das Nações.

2.1 O multilateralismo no Jornal do Commercio

O *Jornal do Commercio*, fundado em 1827 por Pierre R. F. Plancher de La Noé, continua sendo um dos jornais brasileiros mais antigos ainda em circulação. Durante a República – e em especial a partir dos anos 1910 e 1920 – o jornal constituía-se como uma grande empresa capitalista e era “lido por homens de negócio, políticos, altos funcionários e a elite carioca” (LEAL; SANDRONI, 2010). Portanto, o periódico era um jornal da elite, dito “chapa branca”, que dificilmente contestaria as ações do governo vigente. Em 1923, Félix Pacheco, já ministro das relações exteriores e redator-chefe licenciado do jornal, adquiriu a sua propriedade, somente voltando às suas atividades jornalísticas após a saída do governo em 1926 (LEAL; SANDRONI, 2010). A análise do periódico ganha especial relevância devido à ligação entre o ministro Pacheco e o jornal, uma vez que o discurso deste era alinhado com o discurso político do governo. Nesse contexto, tanto no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) quanto – principalmente – no governo de Artur Bernardes, o *Jornal do Commercio* mostrou-se um veículo de imprensa marcadamente situacionista, porta-voz da política federal, tanto doméstica quanto externa.

O *Jornal do Commercio* mostrava uma abordagem positiva e ativa em relação à participação da delegação brasileira na Liga, ao ministro Félix Pacheco e ao presidente Artur Bernardes, concordando em grande parte com as atitudes adotadas pela diplomacia brasileira. Não faltavam elogios à conduta do presidente Bernardes e do ministro do Itamaraty em suas firmes decisões tomadas em Genebra, sede da Liga. Sobre uma possível ação conjunta dos países latino-americanos em apoio ao Brasil, o jornal destacou que “é cada vez mais evidente a verdade dos factos, que vêm provando sempre a correcção da attitude do Brasil [...]” (JORNAL DO COMMERCIO, 17-03-1926, p. 1).

Logo no primeiro dia do ano de 1926, o *Jornal do Commercio* publicou um artigo assinado por Hildebrando Accioly (jurista, diplomata e futuro ministro das relações exteriores). O jurista elaborou uma grande defesa da Liga, ao mesmo tempo em que aponta as suas limitações, incluindo o fato de ser uma instituição recente nas relações internacionais. Accioly observou que

Ainda é uma instituição incompleta e, em muitos casos, ainda incapaz de realizar todos os seus

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

nobres fins. [...] Esquecem-se, porém, os que a criticam por não prestar todos os serviços que, exageradamente, supõem deveria estar apta a prestar, os que a acusam de não poder oppor às guerras um obstáculo absoluto, esquecem-se eles de que a sua importancia relativa, as suas imperfeições, a sua falibilidade derivam da sua própria natureza de producto humano e que não lhe é possível realizar num momento a obra immensa para que foi creada. (JORNAL DO COMMERCIO, 01-01-1926, p. 2).

O *Jornal do Commercio* mostrou-se otimista com as informações que chegaram da Europa sobre a quase certa vitória do Brasil em seu pleito por um assento permanente no Conselho Executivo da Liga, órgão mais exclusivo e importante da instituição. Tais informações contemplavam o seguinte trecho: “Como antecipamos ha dias, um dos novos lugares do Conselho deve caber ao Brasil, cuja candidatura, muito habilmente pleiteada tem o apoio e a sympathia de influencias que serão opportunamente decisivas” (JORNAL DO COMMERCIO, 07-02-1926, p. 1). Esse otimismo repetiu-se por todo o jornal até os trabalhos da reunião extraordinária do Conselho começarem no início de março.

Seguindo por esse caminho, embora também reproduzissem notícias de jornais que criticavam a postura do Brasil, a ênfase era dada àqueles que respaldavam o posicionamento do país. Ao legitimar o pleito do Brasil e da Espanha, o jornal colocava a própria organização da Liga e seus processos como culpados pelo impasse na reformulação do Conselho (JORNAL DO COMMERCIO, 17-03-1926, p. 2). Após reproduzir notícias de jornais alemães criticando o Brasil, o correspondente do *Jornal do Commercio* afirmou que “Os espiritos sensatos, porém, já começam a comprehender que o Brasil foi o unico que não mudou de attitude e que o desconcerto que reina em Genebra é só o fructo da falta de habilidade do Sr. Chamberlain e do Sr. Briand¹ [...]” (JORNAL DO COMMERCIO, 18-03-1926, p. 1).

Na sessão informativa do jornal denominada “Telegramas”, havia espaço para as notícias e informações contrárias aos interesses do Brasil, mesmo que de forma mais modesta e menos frequente. A sessão de “Telegramas” enviados da Alemanha divulgou que a imprensa alemã era contra a entrada do Brasil, pois tinha receio de que esta, junto com a da Espanha e da Polônia, enfraquecesse a sua posição. Também destacou que a Suécia era contrária à entrada de qualquer país, assim como a Alemanha (JORNAL DO COMMERCIO, 13-02-1926, p. 1). Ademais, informações vindas da Inglaterra dão conta de que, em reunião na Câmara dos Comuns, com mais de 400 parlamentares favoráveis ao fortalecimento da Liga, os representantes emitiram documento desfavorável em relação às mudanças na composição dos membros permanentes do conselho. Havia um consenso de que a

¹ Neville Chamberlain (1869-1940) foi Primeiro Ministro da Grã-Bretanha entre 1937 e 1940, mas, em 1926, era Ministro da Saúde, Ministro dos Negócios Estrangeiros e servia no gabinete do primeiro-ministro Stanley Baldwin e foi o enviado especial à Liga das Nações. Aristide Briand (1862-1932) foi Primeiro Ministro da França em diversas oportunidades e, em 1926, era ministro das relações exteriores da França.

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

próxima reunião extraordinária seria para efetivar apenas a Alemanha como membro da Liga e como permanente do seu Conselho (JORNAL DO COMMERCIO, 24-02-1926, p. 1).

Contudo, é importante reforçar que a publicação de notícias e informações contrárias à linha editorial do jornal não tornava o periódico um meio de comunicação imparcial, embora pudesse transmitir essa perspectiva. Devemos compreender essas notícias dissonantes dentro da ótica da modernização da imprensa brasileira ocorrida no início do século XX. Marialva Barbosa destaca a emergência dessa mítica da imparcialidade, que guarda relação com a própria construção da identidade jornalística (BARBOSA, 2007, p. 81). Portanto, noticiar informações contrárias à linha editorial já era algo normal e corriqueiro entre os jornais, como parte dessa nova fase do jornalismo brasileiro, caracterizada por uma abordagem mais profissional e imparcial, porém ainda mantendo seu viés político. Nesse sentido, concordando com Gramsci, ao se modernizarem e abrirem espaço ao contraditório, os jornais reafirmavam sua independência para serem reconhecidos pelo público como força superior dirigente. No entanto, os jornais continuavam podendo ser identificados com frações de partido ou de um determinado partido (GRAMSCI, 1991, p. 22-23).

Retirando a culpa do Brasil por um possível fracasso da Liga das Nações, o *Jornal do Commercio*, em editorial, respaldava que, na verdade, o Brasil era um grande defensor dos ideais multilaterais e do direito internacional, enquanto os problemas da instituição eram causados pelos seus membros mais poderosos, como a Inglaterra e a França. Defendendo a postura da diplomacia brasileira e enaltecendo-a, o editorialista expôs que

O que se passou hontem [17 de março] em Genebra foi um espectáculo historico, que podemos registrar com a satisfação do dever cumprido, e com a ufania de quem soube dar conta de um mandato legitimo e decorrente da propria natureza das cousas. [...] O Brasil não poderia, portanto, aceitar o criterio de subordinar o character essencial de universalidade da Liga, os seus grandes fundamentos humanos e juridicos aos interesses transitorios da politica regional da Europa (JORNAL DO COMMERCIO, 18-03-1926, p. 3).

O periódico afirmou que o Brasil possuía uma grande chance de adquirir uma inserção internacional mais proeminente em sua atuação na Liga, uma vez tendo sido um dos membros fundadores da instituição, ainda no Tratado de Versalhes em 1919, e também membro temporário do seu Conselho Executivo desde a fundação. O jornal também utilizava como argumento, para possuir um lugar privilegiado na Liga, o fato de ser um dos que mais contribuía financeiramente para a instituição. Além desses argumentos, a representatividade geográfica e a ausência dos Estados Unidos da América na instituição serviram como *corpus* argumentativo da diplomacia nacional na busca pelo

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

assento permanente. Dentro dessa argumentação, o jornal afirma que, na ausência dos Estados Unidos, os títulos do Brasil são “incontestáveis, claros, evidentes”. O jornal continuou afirmando que

O Brasil, sendo o que é, merecia o lugar permanente, não só por ser um dos grandes países do mundo, como para dar à Liga o carácter de universalização, sem o qual não poderá viver. [...] ceder nesse particular seria para o Brasil renunciar ao seu princípio de representação americano. [...] todos os brasileiros devem, entretanto, estar ufanos com o que se obteve (JORNAL DO COMMERCIO, 19-03-1926, p. 2).

Ao fazer uso desse argumento, tanto o governo brasileiro quanto o jornal aproveitaram-se de uma retórica pan-americana, destacando a representatividade da América. No entanto, seu objetivo era defender o multilateralismo proposto pela Liga, em vez de um pan-americanismo isolacionista, que estava mais alinhado com o pensamento do Correio da Manhã, como veremos posteriormente.

A política externa brasileira deveria ser orientada a partir de um universalismo proposto inicialmente pela Liga, emergida dos escombros da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, a nova ordem internacional mais multilateral ganhava mais destaque. A defesa do pan-americanismo, por essa perspectiva, adquiria mais um componente de retórica argumentativa do que propriamente uma defesa genuína. Segundo um próprio editorial do jornal,

Quando reivindicamos um lugar no quadro permanente no Conselho Executivo, não o fazemos por uma questão de orgulho ou vaidade, não o fazemos para satisfazer qualquer egoísmo brasileiro ou americano. Sustentamos a nossa candidatura, para dar representação condigna à própria América, e, portanto, para com isso dar à Liga as vantagens e as forças da universalização (JORNAL DO COMMERCIO, 13-05-1926, p. 2, n. 131).

O *Jornal do Commercio*, ecoando as vontades do governo, via, na Liga, a oportunidade da maior projeção internacional em uma nova ordem pós-guerra de emergência do multilateralismo, em que os pequenos países e potências médias poderiam adquirir maior poder dado o novo cenário. Em um contexto multilateral pós-guerra, esses ganhos possíveis estavam nos cálculos do governo brasileiro, e eram defendidos e divulgados pelo *Jornal do Commercio*.

Sendo assim, o periódico carioca defendia um multilateralismo que era o idealizado pela Liga desde a sua fundação a partir dos 14 pontos de Wilson. Tal multilateralismo vinha sofrendo muita resistência por parte das potências europeias, que insistiam em praticar uma velha diplomacia, secreta e bilateral. Mesmo assim, o Brasil insistia na Liga como o local privilegiado da nova ordem multilateral, onde deveria atuar. O *Jornal do Commercio* foi o principal órgão de imprensa defensor dessa visão, tecendo sempre elogios ao funcionamento da Liga e da sua importância.

No entanto, em junho de 1926, após o anúncio da saída do Brasil, o jornal passou a atacar a Liga, questionando sua utilidade e eficácia. Inspirando-se no ideal wilsoniano, o editorial do jornal, atacando a Liga, afirmou que:

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

Concentrar a capacidade de execução num só grupo de potências, num só continente, seria desvirtuar os fins da Liga das Nações, tirar-lhe todo o aspecto universal, torna-la inteiramente impotente em caso de um grande conflito [...]. Não vale a pena, portanto, o sacrifício de ficar, pois a Liga abandona o ideal de Wilson [...]. A Liga será universal, ou não o será, parafraseando Wilson (JORNAL DO COMMERCIO, 16-06-1926, p. 4).

Após o fracasso das negociações em torno do assento permanente e o veto do Brasil, o *Jornal do Commercio* continuou formulando a ideia de que o país alcançou um grande sucesso na sua participação e que, na verdade, a perda foi para a Liga. Já nesse contexto, o jornal passou a adquirir uma postura mais crítica em relação à Liga, contribuindo para a criação de um ambiente político em que a permanência do Brasil na instituição não condizia mais aos interesses da nação, visto que a Liga teria se desvirtuado dos seus ideais iniciais. Sendo assim, o jornal projetou uma política externa ainda multilateral e com base nos ideais propagados por Wilson, porém, fora dos muros da instituição de Genebra.

2.2 O pan-americanism no Correio da Manhã

O *Correio da Manhã* era um periódico marcadamente de oposição ao governo de Artur Bernardes, de caráter mais moderno e acessível, utilizava-se de uma linguagem mais coloquial. Foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt e fechou em 1974. O *Correio da Manhã* “foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um ‘jornal de opinião’” (LEAL, 2010, destaque do autor). O jornal foi grande apoiador da campanha de Nilo Peçanha em 1922 e forte crítico de Bernardes (FERREIRA, 1993, p. 14). Com isso, a análise do *Correio da Manhã* ganha grande relevância, haja vista que era voz ativa na oposição da presidência de Bernardes e na atuação diplomática brasileira como um todo.

O periódico carioca era o jornal mais popular do Rio de Janeiro, de maior tiragem, custando metade do preço do *Jornal do Commercio* e atingindo as classes médias urbanas. Além disso, também era um jornal de diagramação mais moderna e com fotos. Em linhas gerais, era um jornal de oposição contundente ao governo Bernardes, se colocando, segundo seus editoriais, ao lado do povo. Era conhecido como um jornal de opinião, como mesmo dito por seu fundador, o que é evidenciado em longos e eloquentes editoriais. Também eram costumeiros os ataques pessoais aos membros do governo e ao Itamaraty. Quanto ao ministério de Rio Branco, questionavam, principalmente, a pompa e a opulência em que os diplomatas viviam, criticando os altos gastos de verbas públicas em cargos e em eventos vistos como desnecessários.

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

Como jornal de oposição, foi contrário não somente à atuação do Brasil, em 1926, na busca por um assento permanente na Liga, mas na própria atuação do país na instituição desde o início de seu funcionamento em 1920. Nesse contexto, o *Correio da Manhã* foi um grande crítico da Liga, vista como um instrumento da velha Europa e do seu imperialismo. Também era vista como uma instituição fracassada, que só valia para atender aos interesses dos europeus e que, por isso, o Brasil não deveria se meter nesses assuntos. Em eloquente editorial, o jornal questionou a utilidade da Liga para o Brasil: “Que é que daqui, deste nosso recanto socegado da America, temos a ver com as prevenções latentes da Inglaterra e da França contra a Rússia, com os rancores surdos da Allemanha contra a Polônia [...]. Nada, absolutamente nada” (CORREIO DA MANHÃ, 17-03-1926, p. 2).

Em março, às vésperas do início da reunião do Conselho Executivo, o *Correio da Manhã* publicou, em 1926, o primeiro editorial sobre a atuação do Brasil na Liga. No editorial, já era evidente o posicionamento do jornal sobre a ação da diplomacia e do governo de Bernardes. Esse editorial iniciou uma série de tantos outros que criticavam o presidente e o ministro Pacheco de forma bastante contundente e até ofensiva, o mesmo tom que caracterizava o jornal em outros temas. O editorialista abordava Félix Pacheco como um chanceler egocêntrico, sem brilho para as questões internacionais e que apenas adotou uma postura mais intransigente na Liga para satisfazer questões pessoais. Também insinuava que essa postura era contrária à harmonia na América, já que não tinha tido diálogo com os irmãos americanos. Pontuava, ainda, que o momento não era oportuno para Pacheco insistir no lugar permanente, pois “a América vive afastada dali, e basta a atmospheria com que nesse continente se está commentando a pretensão brasileira para mostrar a falta de diplomacia com o que se conduziu o nosso *Quai d’Orsay*.”. Continuando as duras críticas, em contexto de final do governo de Bernardes e da própria chancelaria de Pacheco, reafirmou que

O Sr. Felix Pacheco, que deveria ter aproveitado esses quatro annos para repouso, para descansar das suas vigílias literárias e jornalísticas, achou que a sua actividade traria benefícios ao paiz; que elle não logrará uma sinecura, mas estava mesmo destinado a representar papel importante na política internacional. A projecção do sr. Felix Pacheco no scenário internacional assaltou-lhe o espírito! (CORREIO DA MANHÃ, 05-03-1926, p. 4)

Após o início da reunião extraordinária, o *Correio da Manhã* intensificou a sua campanha contra o governo e o Itamaraty. Em novo revelador editorial, intitulado "O luxo da Liga", foram aprofundadas as críticas ao chefe do Itamaraty, afirmando que

“o sr. Pacheco riscou o phosphoro das inconveniências das palavras mal pesadas e o sr. Gurgel do Amaral [embaixador do Brasil em Washington] encarregou-se de elevar as chammas em que ardeu o bom nome da diplomacia brasileira, que morreu com os bons tempos que lá foram.”

Aumentando as críticas, agora também à Liga, continuou afirmando que

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

Ora, vamos ser razoáveis. Essa Liga, que não é a sonhada por Wilson e que é apenas um instituto destinado a forçar a cumplicidade dos desarmados vaidosos nos crimes de algumas grandes nações imperialistas contra o direito das gentes – não é coisa popular no Brasil. [...] Deste modo, o ajuntamento na histórica cidade suíça não merece o sacrifício de expormos o nome do Brasil às críticas provocadas pela diplomacia incipiente da rua Marechal Floriano ou pela palavrosidade incontida do homem a quem se entregou uma das mais importantes, senão a mais importante, das nossas embaixadas no estrangeiro. [...] Essa Liga não é uma inutilidade: é uma burla criminosa à independência dos mais fracos (CORREIO DA MANHÃ, 09-03-1926, p. 4).

A partir disso, o próprio jornal começou a perceber a posição brasileira por um viés de intransigência, o que fica evidente no vocabulário escolhido pelo jornal. Dizeres como “A intransigência do Brasil e da Suécia”, passaram a ser mais corriqueiras no jornal. As esperanças, portanto, de solução do problema eram vagas. As atenções estavam voltadas para esses dois países, para que removesses as ameaças de veto que fizeram². O correspondente do jornal na Liga colocou que a atitude dos dois era igualmente extremada e que o direito de veto era algo sagrado, que não era para ser utilizado, apenas em casos extremos. Dada a situação, “os membros da Liga predizem que ou se obterá uma solução prompta ou haverá o rompimento” (CORREIO DA MANHÃ, 12-03-1926, p. 3).

Em mais um eloquente editorial, o *Correio da Manhã* publicou uma resposta ao editorial do *Jornal do Commercio* do dia anterior que tecia fortes críticas a outros órgãos da imprensa carioca. O editorialista reafirmou que

Preliminarmente, o ‘Correio da Manhã’ dispensa quaesquer lições de patriotismo de quem carece de idoneidade moral para lhe dar. E nessa questão dos logares permanentes na Liga das Nações não haverá ninguém de mais mediano bom senso que nos não reconheça razão. Seguimos o ponto de vista que á nossa consciência se afigura o mais justo e o mais consentâneo com os interesses nacionaes. Desde o começo temos acentuado, allíás, esse ponto de vista, que é o de não compromettermos o bom nome do paiz e o nosso puro idealismo americano, nos mexericos do imperialismo europeu, de que a Liga é a expressão mais legítima (CORREIO DA MANHÃ, 13-03-1926, p. 4).

O jornal também promoveu a tese de que a Liga seria uma instituição do “capitalismo voraz” europeu, das potências imperialistas armadas contra os pequenos países, para se apoderar de suas riquezas. “A Liga é uma instituição exclusivamente europeia”, e isso ficou evidente quando, se referindo aos Acordos de Locarno, as potências decidiam o que precisava do voto de outras, sem ouvi-las antes. Nesse sentido, a Liga seria uma burla, e os comandantes do Brasil queriam “bailar com o

² A Suécia, que fazia parte do Conselho Executivo como membro não-permanente, ameaçava vetar o ingresso do Brasil caso a sua candidatura fosse colocada em votação pelo Conselho. A postura da Suécia pode ser compreendida como uma aliança com a Alemanha, além de questões relacionadas à própria representatividade da Suécia na instituição.

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

nosso dinheiro a megalomania” dos governantes, “mas no caso da Liga não há glória, não ha honra em pugnar, porque o grêmio político de Genebra não tem expressão como organização séria que vise um objectivo e queira alcançá-lo.”(CORREIO DA MANHÃ, 13-03-1926, p. 4). Concluindo as críticas em resposta ao periódico concorrente, acreditava-se estar formando uma “frente única contra o ridículo” que o Brasil estava passando em Genebra. Ademais, criticar essa atuação não era considerado antipatriótico (CORREIO DA MANHÃ, 13-03-1926, p. 4).

O *Correio da Manhã* tendia a ser crítico não somente ao governo brasileiro, mas também à própria organização da Liga e ao seu grande eurocentrismo. Em editorial do dia 17 de março, cujo título era “A Liga Indesejável”, o jornal colocou a instituição como um órgão europeu atendendo aos seus próprios interesses. Portanto, o Brasil não deveria participar disso, pois a Liga era alheia aos interesses do Brasil (CORREIO DA MANHÃ, 17-03-1926, p. 2).

Por outro lado, o periódico carioca priorizava a ação externa do Brasil em aliança com os países americanos, com os quais teria muito mais interesses convergentes. O jornal ajudou a construir e a divulgar a ideia de que o Brasil deveria manter-se sob a órbita dos Estados Unidos na defesa de um pan-americanismo sob a liderança do irmão do norte. Quando feito o anúncio da saída do Brasil da instituição internacional em junho de 1926, o editorialista confirmou que

A retirada determinada pelo governo tem a aprovação do paiz inteiro e a sua acção significa que serão mais íntimas as relações do Brasil com as nações americanas, especialmente os Estados Unidos. Mais do que nunca, o Brasil deverá seguir as orientações dos Estados Unidos, idealizando as mais amplas relações de amizade entre todas as nações dos continentes americanos (CORREIO DA MANHÃ, 16-06-1926, p. 1).

O pan-americanismo do jornal é defendido em vários editoriais e em artigos assinados. Tal modelo de política externa era visto como um tipo de vocação histórica pelo jornal, em que o isolacionismo continental era encarado de forma antagônica ao atraso da velha Europa, destruída pela recente guerra. Ao elogiar um artigo escrito pelo então deputado federal, Lindolpho Collor, o editorial do jornal reafirmou que

As tendencias manifestadas desde os primórdios da independência, pelos próceres americanos, de organizar e dar corpo aos ideas pan-americanos, pelo estabelecimento do regimen do direito entre os povos do nosso continente como garantia da justiça e da paz são já uma expressão bem nítida desse espírito de cooperação, que a Liga das Nações, formada sobre a influencia directa do Presidente Wilson, quis estender e universalizar (CORREIO DA MANHÃ, 16-10-1926, p. 3).

Sobre essa crescente força do ideal pan-americano, podemos compreender que a Primeira Guerra Mundial acelerou e acentuou a visão de que a Europa, agora, representaria o velho, e a América, o novo. Portanto, passada a guerra, era importante destacar os impactos que esse conflito trouxe para

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

o Brasil. Segundo Olivier Compagnon, a guerra provocou uma crise de identidade nas elites latino-americanas, na medida em que deixou a América Latina órfã pela segunda vez em menos de cem anos. Referindo-se, especialmente, aos contextos argentino e brasileiro,

[...] a Grande Guerra devolve as elites argentinas e brasileiras – órfãos pela segunda vez após a perda da mãe pátria ibérica um século antes – às raízes mais profundas de sua identidade. [...] Na medida em que as fumaças dos obuses não mais permitem vislumbrar o farol da modernidade europeia que guiara o destino dos jovens Estados latino-americanos desde sua independência, os anos 1920 e 1930 correspondem a uma fase de questionamentos identitários na qual a ideia de nação ocupa um lugar fundamental (COMPAGNON, 2014, p. 324).

Por conseguinte, a partir dos anos 1920, a matriz do nacionalismo cultural foi fundadora de identidades e de práticas específicas que se constituíram numa alteridade radical diante da Europa no exato instante em que esta, minada pela Grande Guerra, volta os olhos para o exterior e desenvolve um "gosto pelos outros" supostamente regenerador (COMPAGNON, 2014, p. 331). Sendo assim, é muito importante para esta pesquisa compreender o contexto interno do Brasil - e de sua imprensa - a partir desse prisma de mudança de paradigma civilizacional, ou seja, quando as elites brasileiras se afastam culturalmente da Europa e, conseqüentemente, também carregam a política. No entanto, essa ruptura com a Europa não foi total. A análise da cobertura da imprensa sobre a atuação do Brasil na Liga das Nações nos mostra que certos setores da elite política brasileira ainda eram muito ligados ao estilo de vida e à política europeia. Já outros encarnavam justamente essa mudança de perspectiva na visão sobre o posicionamento internacional do Brasil, aproximando-se de uma perspectiva mais pan-americanista, tanto política quanto cultural. O próprio historiador Compagnon já abriu espaço para esse tipo de interpretação, afirmando que “embora tenha deixado traços ao longo de todo o entreguerras, esta mística renovada da latino-americanidade não reúne a mesma audiência no Brasil, onde a derrocada do modelo civilizador europeu provoca antes uma reativação do ideal pan-americano (COMPAGNON, 2014, p. 318).

Nesse contexto pós-guerra, o *Correio da Manhã* refletia bem essa nova visão, questionando a legitimidade da "velha" Europa e elogiando a modernidade representada pelos ideais pan-americanos dirigidos pelo vizinho mais poderoso do norte. Como abordado anteriormente, o *Jornal do Commercio* também se utilizava dessa retórica pan-americana, mas apenas para defender o multilateralismo, justificando um lugar de privilégio na instituição de Genebra em detrimento dos demais países americanos, representados ou não na Liga.

2.3 O alinhamento não-automático e crítico em O Estado de São Paulo

Já *O Estado de São Paulo* era um periódico lido pelas elites paulistas nos anos 1920. Foi fundado em 1875 com o nome de *Província de São Paulo* por um grupo liderado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 1885, ingressou, na redação do periódico, o jornalista Júlio César Ferreira de Mesquita, que, em pouco tempo, passou a desempenhar a função de diretor. Desde então, a direção do jornal permaneceu nas mãos da família Mesquita (LEAL; SAUL; BASTOS; 2010). Era um dos principais órgãos da imprensa burguesa de São Paulo, um verdadeiro “arauto do liberalismo” para a elite paulista (CAPELATO, 1989, p. 25-27). Quanto a sua diagramação, também seguia o padrão para época, isto é, em colunas. Porém, aproximava-se um pouco mais da diagramação moderna do *Correio da Manhã* do que da diagramação do *Jornal do Commercio*, com imagens e charges.

Inicialmente, se comparado aos demais jornais, podemos destacar que era um periódico bem mais discreto nas informações sobre a “Sociedade” das Nações (como o jornal paulista se referia à “Liga”). No entanto, mantinha, assim como os demais, as notícias internacionais via telegrama na primeira página e em destaque, deixando as notícias domésticas em segundo plano.

Diferentemente do *Jornal do Commercio*, que fazia uma ampla campanha em torno do pleito do Brasil, e do *Correio da Manhã*, que apresentava ampla campanha contrária, *O Estado de São Paulo* era bem mais comedido e econômico tanto nas notícias quanto nas opiniões sobre o Brasil na Liga. Por estar mais afastado do centro diplomático, de decisão de política externa do Brasil, além de possuir outros interesses de caráter regional a transmitir aos seus leitores, o jornal concedia notícias, informações e opiniões em menor fôlego sobre o caso, sem, contudo, deixar de transparecer os seus posicionamentos sobre a questão.

Quando o jornal começou a se dedicar um pouco mais sobre o Conselho da Liga, afirmou que “os círculos” da Sociedade das Nações davam conta de que várias chancelarias se articulavam para criar outros três lugares permanentes – destinados ao Brasil, Espanha e Bélgica. Otimista, afirmava também que o Brasil devia ser o único atendido, defendendo a tese de ocupar a vaga dos Estados Unidos até sua entrada na Liga (OESP, 06-02-1926, p. 1).

Ainda discretamente, mas já transparecendo a posição assumida pelo jornal, *O Estado de São Paulo* elaborou uma crítica à reportagem do jornal *Times*, de Londres. O jornal londrino afirmou que a entrada do Brasil como membro permanente poderia melindrar o retorno da Argentina à instituição, tal como também ferir as relações com os demais países americanos de língua espanhola. Nesse contexto, e já caracterizando um posicionamento frente à situação, *O Estado de São Paulo* argumentou que “os escrúpulos do jornal londrino chegam ao ponto de colocar” que a entrada do Brasil poderia

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

afetar a colaboração da Argentina com a Liga (OESP, 10-02-1926, p. 1).

Destacando as notícias de jornais estrangeiros, o periódico mostrou-se equilibrado nas notícias otimistas e pessimistas em relação à situação do Brasil. Da França, destacou que os jornais avaliaram que a próxima reunião seria a mais importante para a América do Sul, e que apoiavam o Brasil, mas temiam que a sua entrada como permanente causasse algum problema com os demais países americanos. No entanto, Briand afirmou ser preciso satisfazer as “legítimas pretensões da América do Sul”. O ministro francês ainda teria afirmado para o representante alemão que era chegada a hora de conceder um assento para a América do Sul. No *Matin*, mais uma vez reafirmando o apoio da França ao pleito brasileiro, confirmou que

[...] a entrada do Brasil, bem como da Hespanha e da Polônia, para o conselho executivo da Sociedade das Nações, não é somente uma medida de justiça, mas, também, uma providência de um todo necessária, que visa prestigiar e reforçar as decisões arbitraes, assegurar a execução do Pacto de Locarno e manter o desejado equilíbrio, evitando attrictos e rivalidades entre as potências (OESP, 24-02-1926, p. 1).

Enquanto isso, nos jornais alemães é destacado que o governo reafirmou que não é contrário ao aumento das cadeiras, mas que não quer que as condições previamente definidas em Locarno sejam alteradas (OESP, 19-02-1926, p. 24). Nesse contexto, ressaltando as incertezas que ainda rondavam as decisões a serem tomadas em Genebra, mais uma vez o jornal parisiense *Matin* foi destacado ao afirmar que a candidatura do Brasil vinha ganhando terreno:

Em círculos competentes considera-se que, além das grandes sympathias que cercam actualmente o nome do Brasil, a attitude desse país no seio da Sociedade, onde se tem imposto com estima e admiração geral, bem como o seu prestígio crescente, o indicam, acima de qualquer outro competidor, para a cadeira de membro do conselho permanente destinada à América do Sul (OESP, 20-02-1926, p. 4).

Concedendo importante destaque em letras garrafais, na segunda página, *O Estado de São Paulo* confirmou: “O Brasil toma posição definida. O delegado brasileiro ameaça retirar-se da Sociedade. As reuniões officiaes continuam suspensas.”. No decorrer das notícias, o jornal optou, e afirmou isso textualmente, por reproduzir notas officiosas já publicadas pelo *Jornal do Commercio* a respeito da ação do Brasil na Sociedade das Nações,³ e seguiu com a reprodução de relatos dos

³ Não foi possível encontrar o referido editorial transcrito pelo O Estado de São Paulo, que, de acordo com o próprio jornal, foi publicado originalmente no *Jornal do Commercio*. Na edição sobre a qual OESP se refere, o presente editorial não está presente. Provavelmente, o referido editorial foi publicado em uma edição extraordinária do *Jornal do Commercio* ou até em uma edição vespertina do jornal. No entanto, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, base de arquivos ao qual consultamos, não está disponível essa edição extraordinária ou vespertina. Existe, na Hemeroteca, apenas as edições

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

correspondentes do *Jornal do Commercio*. É importante, nesse momento, nos determos nas notícias divulgadas, pois são reveladoras do pensamento do jornal em relação às atitudes do Brasil na Liga e nas disputas por construções de ambientes políticos entre os jornais. No entanto, não podemos perder de foco a importância de contextualizar politicamente os escritos, inseridos em uma lógica própria em seu tempo, considerando, assim, as relações com setores da imprensa carioca e com o próprio governo. Para isso, reproduzimos os trechos mais importantes abaixo:

Temos acompanhado, como é natural, com o maior interesse a discussão em torno do assumpto, contentes de ver a coesão patriótica com que a imprensa que pesa e conta está defendendo o ponto de vista nacional nessa delicada questão de tanta importância para o nosso paiz e a que o eminente chefe de Estado vem consagrando o melhor de sua atenção. [...]

O público gostaria naturalmente de ser informado com amplitude acerca de todos os passos que a Chancellaria tem dado. É preciso, porém, ponderar que a delicadeza das palestras entabuladas não comporta semelhante divulgação devendo bastar ao paiz a certeza, que elle não pode deixar de ter, de que o interesse brasileiro em causa está sendo, como sempre, defendido com o maior zelo, a maior isenção e segurança e o mais perfeito tacto e firmeza, como no fim se ha de ver.[...]

É consolador accentuar que muitas folhas sem ligações com o governo tem sabido defender na emergência, com vivacidade, com brilho, com patriotismo, os direitos do Brasil ao posto a que aspira. [...]

[Jornais de opposição] desandam todos os dias a repetir baboseiras de ordem geral contra a Sociedade das Nações. [...] [São] inimigos do Brasil. Temos também o dever de explanar a matéria como organ da opinião para que os nossos leitores possam acompanhar com segurança de critério a marcha dos acontecimentos (OESP, 11-03-1926, p. 2).

Em resumo, o longo editorial reproduzido pelo jornal paulista oriundo do *Jornal do Commercio* fez coro às teses correntes de que o Brasil possuía todos os méritos e requisitos necessários para assumir o lugar permanente. O editorial apenas ressaltava esses pontos, como o *Jornal do Commercio* já havia feito em vários outros. Com argumentos retóricos, o jornal queria transmitir, ao leitor, a visão mais "segura" e "criteriosa" dos acontecimentos. A novidade era a grande crítica feita à imprensa, que estava pouco explícita no jornal do Rio de Janeiro. Ao reproduzir o *Jornal do Commercio*, aparentemente, *O Estado de São Paulo* concordava e fazia coro aos ideais do jornal carioca. No entanto, salientamos que essa aproximação explícita veio apenas em cima da hora, no último momento. É interessante notar, ainda, que os trechos transcritos pelo periódico paulista são justamente aqueles que citavam a imprensa, ou para elogiar os jornais que estavam apoiando as ações do governo ou para criticar os que não concordavam. O jornal, nesse momento, fazia esforço para se mostrar ao lado do governo, mesmo que apenas reproduzindo um editorial, e não fazendo o seu próprio.

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

Outra observação importante é notar que o *Jornal do Commercio* colocava, e *O Estado de São Paulo* endossava, que o jornal não podia publicar tudo o que se passava em Genebra devido a “delicadeza das palestras”. Isso nos leva a algumas indagações: o jornal tinha sofrido censura do seu próprio dono, do presidente da República, ou seria um caso de auto-censura? Ou seria realmente uma estratégia do jornal para dirigir uma determinada visão da atuação brasileira na Liga, em que não caberiam algumas informações que poderiam contradizer o ambiente político difundido pelo jornal? Não temos uma resposta definitiva para essa questão, mas podemos perceber que, com essa postura explícita, o jornal contribuía para transmitir algumas mensagens e esconder outras, pois aparentemente concordava com a "censura". Nesse contexto, a atuação da imprensa na criação de "mapas políticos" fica explícita e a sua aliança com o poder, escancarada.

No mesmo dia da reprodução desse importante editorial, o jornal paulista informou que, em reunião secreta da Liga, Mello Franco já havia afirmado que, caso o Brasil não fosse aceito no Conselho, se retiraria da instituição, e já anunciava de antemão o veto à Alemanha. Nesse contexto, algumas delegações americanas, da Argentina inclusive, teriam dito que eram simpáticas e que apoiavam o Brasil (OESP, 11-03-1926, p. 2). Naquele momento, o jornal contribuía para a construção de que havia uma unidade americana em torno do Brasil, pelo menos até aquele momento.

A partir do início de março, então, o jornal *O Estado de São Paulo* mostrava-se mais explicitamente favorável ao pleito brasileiro, tecendo elogios ao governo e à ação dos diplomatas representantes do Brasil na Liga. Afirmou que a "intransigência do bloco germânico põe em perigo a Sociedade das Nações" e que a "atitude do Sr. Mello Franco [é] apoiada pela quasi unanimidade dos membros da sociedade.". Desse modo, afirmou que a reunião do Conselho foi a mais “tempestuosa da história” e destacou as fortes reações de Undem, delegado da Suécia, ao discurso de Mello Franco, em que ameaçou vetar a Alemanha, ao afirmar que possuía o direito de ocupar o lugar que era dos EUA, e que sairia após a entrada do país na Liga (OESP, 12-03-1926, p. 2).

Continuando com uma maior defesa da atuação do Brasil na instituição internacional, em uma entrevista com o deputado Augusto de Lima, membro da Comissão de Diplomacia da Câmara, o congressista defendeu que o Brasil, sendo o

Maior país da América do Sul em população, em território e em recursos econômicos, membro da Sociedade das Nações desde a sua criação, pode pleitear um posto permanente no seu conselho executivo, com muito orgulho. A bem dizer, só um embaraço poderia impedir-nos: se os Estados Unidos pertencessem à Sociedade e pleiteassem também o referido posto (OESP, 05-03-1926, p. 2).

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

No entanto, podemos notar, ainda, que, segundo *O Estado de São Paulo*, uma pessoa autorizada a falar em nome da Alemanha afirmou que o Brasil e a Espanha estavam dispostos a modificar a sua postura (OESP, 13-03-1926, p. 4). Esse tipo de informação não apareceu no *Jornal do Commercio*, por exemplo. O jornal paulista, portanto, apesar de apoiar a ação do Brasil, pôde ser um pouco mais independente nas informações difundidas, deixando, em aberto, possibilidades de mudança, de acordos e de diálogos menos extremados que ainda estavam em pauta. Já o *Jornal do Commercio* pontuava a postura irredutível do Brasil.

Como temos procurado demonstrar, o periódico de São Paulo não realizava um alinhamento automático às ideias do governo brasileiro, abrindo espaço para essas ponderações e outras que ainda vamos analisar. Nesse sentido, mostrando-se um jornal moderno e aberto à cobertura dos acontecimentos, permitia também posicionamentos críticos ao Brasil.

Ao anunciar oficialmente o veto à Alemanha, o jornal *O Estado de São Paulo* afirmou que os latino-americanos estavam contrários à "intransigência" brasileira e que haviam sido feitos vários apelos ao Itamaraty, vindos de várias delegações latino-americanas e dos próprios Chamberlain e Briand. O jornal informou, inclusive, que Mello Franco iria telegrafar ao governo para verificar novamente a posição do Brasil (OESP, 17-03-1926, p. 1). Essa informação também foi noticiada pelo *Correio da Manhã*, mas passou em branco pelo *Jornal do Commercio*. Também notamos que, naquele momento, o Brasil era tratado pelo adjetivo "intransigente", e não apenas os rivais europeus. No entanto, essa adjetivação era tardia e deve ser compreendida no contexto em que o Brasil, de fato, cumpriria a ameaça e vetaria a Alemanha.

Foi apenas no início de abril que surgiu um artigo assinado sobre a atuação do Brasil na Liga. Nele, o autor M. F. Pinto Pereira, elaborou um artigo objetivo e direto, concordando plenamente com as ações de Bernardes e com a postura adotada pelo Brasil. Também fez fortes críticas aos países americanos que, depois de inicialmente apoiarem a nação, acabaram cedendo à pressão e retirando o seu apoio. Nesse sentido, criticou as delegações americanas pela moção que enviaram para que o Brasil mudasse de postura. O seu pleito era legítimo, portanto, ceder seria "uma diminuição de nós mesmos". Naquele momento, o autor sugeriu, antes dos demais jornais, que o posicionamento mais honrado ao Brasil seria a sua retirada da Liga (OESP, 02-04-1926, p. 3). Referindo-se à possibilidade de, em setembro, o Brasil ser escanteado na instituição pelas potências europeias, afirmou que:

Esse golpe, é um facto, se prepara contra nós. E, se o vemos claramente, só uma coisa nos resta fazer, e fazel-o com altivez; desfechar, primeiro, o contra-golpe. Numa sollene reverencia, de quem agradece, commovido a innumeraz gentilezas, agradeçamos á Sociedade das Nações, as muitas, de que ella nos tem cumulado. Isso posto, apresentemo-lhe, cordialmente, as nossas despedidas [...] (OESP, 02-04-1926, p. 3).

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

Neste momento, é oportuno lembrar que tanto o *O Estado de São Paulo* quanto o *Correio da Manhã* concordaram que a melhor saída para o Brasil, naquela situação, seria se retirar da Liga. Somente o *Jornal do Commercio* defendeu a saída do Brasil depois que a retirada de fato ocorreu, em junho. Antes disso, não há nenhuma menção sobre a saída do Brasil no jornal. Essas diferentes posturas dos jornais, ora se aproximando em suas perspectivas e ora se afastando, ilustram muito bem a complexidade com que cada um avaliava os seus posicionamentos frente à questão e criavam ambientes únicos sobre o tema. Portanto, analisar diferentes jornais, mesmo que aparentemente com opiniões semelhantes, é muito importante para que possamos perceber justamente essa complexidade e multiplicidade de opiniões e versões, criando diferentes mapas políticos, característica importante da emergente imprensa moderna brasileira dos anos 1920.

Seguindo a linha crítica do jornal, em artigo de Emile Borel, ex-ministro da Marinha e deputado, o autor não elogiou explicitamente a atuação do Brasil, pelo contrário. No subtexto, demonstrou sutilmente que não concordava com a possível saída do Brasil e tampouco com a estratégia adotada pelo governo brasileiro. Sua maior crítica foi em relação ao critério de representação geográfica, que era um dos pontos principais de justificativa pela legitimidade do Brasil. Nesse ponto, não tão implicitamente, discordou da estratégia de pleitear a vaga pelo critério de representação. Com o desenvolvimento dos transportes, justificou que os oceanos mais uniam do que separavam, e que, por outro lado, havia países que, mesmo estando no mesmo continente, possuíam muitas diferenças, como a Síria e a China, na Ásia, e o mesmo ocorria na América. Sendo assim, no mundo, os países “[...] estão aproximados por numerosas permutas intelectuaes e commerciaes”, o que não justificaria a representação geográfica. A crise da Sociedade das Nações, segundo o autor, devia ser resolvida de um modo que não fosse as divisões geográficas (OESP, 11-04-1926, p. 3). Borel, portanto, deixou subentendido que a justificativa do Brasil pelo assento permanente deveria ser outra, mas não citou qual. Nesse sentido, o artigo é um contraponto comedido, mas importante dentro da linha editorial do jornal de não adotar um alinhamento automático ao governo, cedendo espaço para observações e ponderações dissonantes.

Assim, o jornal de maior tiragem de São Paulo nos anos 1920 adotou uma postura mais discreta em relação à participação do Brasil na Liga das Nações. Abriu espaço para comentários e opiniões tanto favoráveis quanto discordantes da atuação do país e da sua diplomacia na instituição de Genebra, não estabelecendo um alinhamento automático à ação externa do Brasil – embora concordasse, em linhas gerais, com o pleito brasileiro – e abrindo mais espaço para posicionamentos críticos e

dissonantes.

3 Considerações Finais

Na análise dos três jornais, um de oposição, um de situação e um de alinhamento não-automático e crítico ao governo, podemos destacar diferentes perspectivas da atuação brasileira e de sua política externa no contexto da Liga das Nações que contribuem para o entendimento mais geral da atuação brasileira e de quais ideias estavam em disputa. Nesse sentido, nosso objetivo foi analisar os jornais não apenas como fonte histórica, mas também como objetos de análise, já que tais periódicos se constituíam como local privilegiado das disputas políticas e como meio de construção de ambientes políticos que interessavam a determinados setores da sociedade os quais gostariam de influenciar.

No caso, o *Jornal do Commercio* defendia o multilateralismo, a atuação do governo e a própria Liga das Nações, pelo menos até o anúncio do desligamento do Brasil, quando o jornal passou a criticá-la, sem abandonar a perspectiva multilateral. Essa postura do jornal demonstra o quanto o periódico estava comprometido em divulgar os posicionamentos oficiais do governo. Já o *Correio da Manhã*, enquanto órgão de oposição, tecia grandes críticas à instituição e ao governo, advogando uma maior aproximação com os vizinhos americanos, o que, segundo o jornal, seria algo natural, caracterizando a defesa de um pan-americanismo muito recorrente na América Latina pós-Primeira Guerra. Em *O Estado de São Paulo*, o periódico caracterizou-se por realizar uma defesa da política externa de Bernardes, porém, ao mesmo tempo, tecendo críticas e abrindo espaços importantes para um contraponto sem incorrer em um alinhamento automático. Logo, apresentou-se como um jornal mais autônomo em seus posicionamentos, mesmo que concordando, de modo geral, com a política externa do presidente Bernardes.

Portanto, os jornais procuraram criar um ambiente favorável às suas posições de política externa, dando destaque aos temas e assuntos que melhor exemplificavam esse mesmo ambiente em que queriam atuar e influenciar. Os periódicos, nesse caso, tornam-se importantes casos de estudo para perceber como as elites políticas operaram na formação de consensos para atuação e formulação de agendas para a política externa, construindo ambientes e mapas políticos específicos de acordo com seus interesses políticos e projetando diferentes possibilidades para a política externa brasileira.

Entre o Multilateralismo Europeu e o Pan-americanismo: a política externa brasileira na imprensa periódica no contexto da liga das nações (1926)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo**. Imprensa paulista (1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília: UNB/IPRI, 2001.
- COHEN, Bernard Cecil. **The press and foreign policy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e Segmentação dos Impresses. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: 1901-1974. 1926.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 1920. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: 1827-. 1926.
- LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. Jornal do Commercio. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente; BASTOS, Ana Flávia. O Estado de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>. Acesso em: 25 out. 2022.

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 149-175.

NAVEH, Chanan. **The Role of the Media in Foreign Policy Decision-Making**: A Theoretical Framework. In: Conflict & Communication online, v. 11, 1, n. 2, 2002.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 1875-. 1926.

SANTOS, Norma Breda dos. Grand Days: noventa anos depois de o Brasil ter deixado Genebra, o que diz a historiografia sobre a participação brasileira na Liga das Nações (1920-1926)? In: **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 195–220, 2016.

_____. Diplomacia e Fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 1, n. 46, p. 87-112, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.